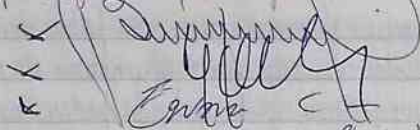


de Deus E, para cumprir, mandou que se lavasse a presente Ata, que
depois de lida, submetida e aprovada em Plenária, a mercado, zero assina
da para que produza seus efeitos legais.

X
X
X



Eduardo
Corrêa

Ata da Vigésima Sessão Ordinária
do Primeiro Período Legislativo da
Câmara Municipal de Lagoa Brava, rea-
lizada no dia 04 (quatro) de março
do ano de 2000 (dois mil)

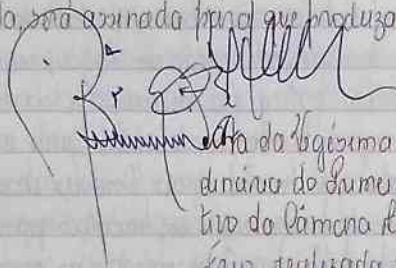
Ats depois horas do dia (04) quatro
de março do ano de (2000) dois mil, sob a presidência do Vereador Búr-
cio Sandade Corrêa, com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vere-
ador Eduardo Corrêa Kito, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Munici-
pal de Lagoa Brava. Além disso, responderam a chamada regimental os
seguintes Vereadores: Aury Silva da Rocha, Antônio Carlos de Carvalho
Sandade, Braz Benedito Franco Filho, Edson Silva Bayalhões, Janio de
Santos Mendes, Milton Roberto Mendes de Souza, Osmar Sampaio da
Silva, Valcy Rodrigues da Silva, Walden Raurício de Aquino Neto e ul-
timan Rouberto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente decla-
rou aberta a presente Sessão em nome de Deus E sequer, foi lida e apre-
zada a seguinte Ata: Ata da Vigésima. Substituindo Ata da Décima Sona
Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A sequer, o Senhor
Presidente, após o cumprimento do rito regimental, subleu ao Senhor
Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Pro-
jeto de Lei nº 016/2000 de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Kito, assun-
to: Passa a denominar-se Avenida Dunas, o Via Público com início na
Estação do Barracão do Lago (Rq 140), até o final do Condomínio Veror Hill
no Bairro Barracão, Indicação nº 139/2000 de autoria do Vereador Edu-
ardo Corrêa Kito, assunto: Subleu ao Exmº Sr. Prefeito Municipal a Constr-
ção de Popelo Rouberto no fundo os Limites do União - 2º Distrito de Lagoa

Foi, Indicação nº 140/2000 de autoria do Vereador Eduardo Araújo Neto, ex-
 surto, sob a égida do Excmo Sr. Prefeito Municipal e Construção de Praça com pa-
 rco de esportes, na localidade de Anquim, no Bairro 2º Distrito de Cabalva,
 denominado a leitura do expediente, o Senhor Presidente Franquias Antônio
 dos Anadons insculos. Como primeiro Orador insculos, supor a Câmara o
 Vereador Fray Benedito Ananias Filho, referando se inicialmente a presun-
 ção de que os abusos não continuam, na verdade os mesmos se re-
 petem conforme relatos de requeridos. Consta o caso do sr. refugiado
Valdeci José dos Santos, em benefício no divórcio de vinte e sete anos e
 que recebe alta do Serviço Social, em mais uma tranqüila demonstra-
 ção pelos médicos do Serviço, e assim, os casos se sucedem disse
 que na condição de Presidente do Conselho de Saúde do Casa, estava
 honrando Ofício para ser enviado ao Sr. Werner Daniel, Secretário do
 ordinário, denunciando os fatos e pedindo intervenção no Serviço Social
 em Cabalva. Disse que os casos relatados eram depressivos, e pior, atin-
 gindo sempre aos requeridos humildes e que dependiam de um salário
 mínimo para sobreviverem sem deixar a questão de segurança pública
 disse que o povo fluminense aguardava a solução de tal problema, in-
 quietante e angustioso e que haviam sido bandeira de campanha polí-
 tica do Governador Anthony Rothos, observando o desenvolvimento da
 violência no Município, com os crimes se sucedendo e em solução, a
 exemplo do assassinato do Vereador Sequim Secundat, e assim encerra
 sua fala. A seguir, como último Orador insculos, supor a Câmara o
 Vereador Ulisses Pontes, falando inicialmente que por comodidade
 se inscreveu para falar somente do Serviço Social e Segurança no
 Município. Disse que o discurso do Vereador Fray Benedito Ananias Filho,
 na íntegra e detratava a verdadeira situação da Presidência Social, fu-
 to de tanta fraude e corrupção. Disse que a presunção médica era uma res-
 tação de abusos, as altas eram dadas sem qualquer critério, ou seja,

lora estar em breves para ser suspenso os direitos Com relação a Cabo
São, disse que o Sr. Joãozinho e seu irmão um médico extremamente
mal educado, grosseiro, alheio, e que inclusive fediu no ar a tal profis-
sional de péssima qualidade o Superintendente e desgraciadamente na
da anterior, e assim via com tristeza a situação que se dava no Brasil.
Disse que os procedimentos do Sr. Joãozinho eram lamentáveis, visto que
a Junta que julgava na constituição dos mesmos profissionais, como já
fizera o Sr. Joãozinho Sr. Benedito Araújo Filho. Consequente, disse que
além de ter feito era negado ao segundo o direito de requerer, con-
sequente mais um abuso. Disse que motivado pelo direito de justiça
levava ao Município, ou melhor, ao Município Público a veracidade a
quem fora negado o direito de requerer. Disse que tais assuntos la-
mentavelmente ficavam restrito aos debates da Câmara, pois infeliz-
mente a Câmara não dispunha de meios de comunicação para divul-
gar suas atividades. Disse que a questão era na esfera da represen-
tatividade federal, e que lamentavelmente se alegavam deputados fede-
rais que permaneciam omissos ante os clamores da sociedade. A
tal vez a situação de dificuldades surgidas quando se lançava o depu-
tado federal, em diversos, obtendo quatro mil e oitocentos votos.
Disse que o Sr. Joãozinho agora o Deputado federal Pedro Rosa, que
deveria ser exigido do mesmo procedimento junto ao Conselho da Ma-
rechal para que o trabalho não fosse mais desrespeitado quanto
a segurança no Município, disse que partilhado de reuniões que
toda no dia anterior no Senado & Clube, e com tristeza visto que
poucas pessoas haviam participado, e assim, mais uma vez a
cidade não se mobilizava. Disse que diante dos fatos levantados
pelo Sr. Joãozinho de Ronovos de Ovaros, sintiu que as autoridades
públicas realmente gostariam de resolver o problema de segurança,
mas não tinham meios e modos para tal finalidade. Ainda sobre o
assunto, disse que quando a Associação de Ovaros reivindicava um
para a região, já consolidado e com cerca de cem quilômetros quadra-
dos, para segurança pelas autoridades presentes que a Comunidade construí-
ra. Disse que diante do quadro, e a Imprensa não publicava tais fatos,

maneira uma audiência com o Secretário do Governo, José Augusto Soares, p-
 sendo ouvido e formalizado o processo através da Associação para a
 construção do DCE no Segundo Distrito, com a elaboração de documentos
 finalizando o Quadro de Trabalho sobre a questão da audiência quando dos
 mais pontos também no âmbito dos locais, seus desdobramentos, ação
 política no seu aspecto crítico e a necessidade da sociedade organizada
 em todos os seus segmentos buscar soluções junto as autoridades encarreg-
 adas a seguir sua Jala. Não havendo mais dúvidas quanto ao uso da
 tribuna, o Senha Presidente conduziu os trabalhos para o segmento dedicado
 a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: foi en-
 caminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº
 016/2000. Aprovadas as Indicações nº 139 e 140/2000. Duminada a Ordem
 Dia, o Senha Presidente inaugurou a tribuna para a Explanção Social. Na
 hora o tribuna em Explanção Social, o Vereador Jânio dos Santos Mendes
 falando inicialmente que podendo deprender após ouvir os discursos na
 aquela discuss, que a sociedade vai abnqida por um galopante processo ou-
 muno, punitivo, que na o processo da exclusão social abonda os pontos
 vamente discorrendo a questão da pericia médica e segurança no transp-
 o no Estado, afirmando que para de que os direitos colocados pelos
 Quadros nos temas em pregados, na a utilização dos institutos para ena-
 quimento ilúto de membros do classe política e empresarial do Brasil,
 com graves consequências no bem social de onde emanam os excluídos le-
 tou a utilização de instrumentos de segurança para agredirem os militan-
 tes do movimento Sem Fumo, em acontecimentos recentes, e no Município,
 a Guarda Municipal sendo utilizada para reprimir o transporte alternativo
 de lixo que falara com autoridade de quem participou das três primeiras
 reuniões do Conselho de Segurança Regional, do autoridade de quem denun-
 ciou e denunciou os atos da Polícia Militar no sentido de proteger o im-
 pinário e dançou no trabalhada. falou que diversa ser a missão e papel
 da Guarda Municipal, quando se tinha notícia de agressões a funcionários
 de todos de saúde, em locais de trabalho, de assalto em escolas, sendo
 necessário o estabelecimento de políticas, lembrando que Estado e Muni-
 cipio não tenham milia para a vida social, para fim a exclusão, ad

empobrecimento, no que encerra seu falo nada mais havendo a tratar, o
Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus E, para constar,
mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apre-
ciação da Mesa, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Sessão Summa Extraordinária de
Ordem do Dia no Período Legisla-
tivo do Câmara Municipal de Cabo
São, realizada no dia (09) nove
de maio do ano de (2000) dois mil

Após horas do dia (09) nove de maio
do ano de (2000) dois mil, sob a presidência em exercício do Senhor
Silas Rodrigues Bento e com a ocupação da Presidência Secretaria pelo Ve-
reador Eduardo Donato Kitz, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Muni-
cipal de Cabo São. Aos dezesseis, responderam a chamada regimental, os se-
guintes Vereadores: Luiz Silva da Rocha, Luis Bessa de Figueiredo, Antonio
Carlos de Carvalho Andrade, Braz Benedito Ariano Filho, Edson Silva
Cagalhões, Gustavo Antonio Guimarães Franzer, Jânio dos Santos Rondon
Rosa Auxiliadora Ramos Rônic, Milton Roberto Pereira de Souza, Omar San-
taes da Silva, Valay Rodrigues da Silva, Waldia Reginio de Aquino Neto e Adil-
mar de Oliveira. Havendo leitura regimental, o Senhor Presidente declarou
aberta a presente sessão em nome de Deus. Não havendo mais a tratar, o
Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar,
mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apre-
ciação da Mesa, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata do Expediente que consta do seguinte: Ofício/GABRIEL - CM 009/2000 - re-
fute Municipal, assunto: Encaminho a Remoagem nº 006/2000 e respectivo
Projeto de Lei, para aprovação desta Casa Legislativa, Projeto de Lei nº
017/2000 - Remoagem nº 006/2000, assunto: Autoriza o Poder Executivo a
promover a desafetação da destinação original de uso público do área
que menciona, e a outorga da concessão de direito real de uso do terreno
à Associação de Aposentados e Pensionistas de Cabo São, Requerimento